TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)

ATA DA REUNIÃO GAEPE – 09/04/2021

(27ª REUNIÃO)

Aos nove dias do mês de abril do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Alexandre Jesus de Queiroz Santiago, Promotor de Justiça, Titular da Promotoria de Educação de Porto Velho/RO, representante do Ministério Público do Estado (MPE/RO); Marcos Giovane Ártico, Promotor de Justiça e Coordenador do GAEINF, representante do Ministério Público do Estado (MPE/RO); Isaías Fonseca Moraes, Desembargador, representante do Tribunal de Justiça do Estado (TJ/RO); Sérgio Muniz Neves, Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE/RO); Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Luslarlene Fiamett, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; e Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência.

1) O que foi discutido

O Presidente Paulo Curi abre a reunião e dá as boas-vindas a todos.

O Dr. MARCOS GIOVANE apresenta a Dra. Marcília Ferreira da Cunha e Castro, representante do GAEINF-MP a partir de maio para uma nova gestão, agradece a participação no GAEPE e se coloca à disposição.

Dra. MARCÍLIA se apresenta e agradece a recepção.

O Sr. MASSUD traz notícias sobre o novo Boletim e hotsite do GAEPE, que mostrará, além dos documentos produzidos pelo Gabinete, uma linha do tempo com as ações e conquistas do GAEPE. A ferramenta será apresentada na próxima reunião.

A Dra. ALESSANDRA relata dois pedidos de audiência para fala antes do início da pauta, aos quais foi designado o tempo de 10 minutos para cada:

- Retorno das aulas presenciais – a Sra. VALKIRIA MAIA Alves Almeida traz ao grupo a temática da educação, de como os alunos vem reagindo ao cenário atual, também com uma perspectiva dos pais. Informa que o trabalho feito no GAEPE não está sendo divulgado, razão pela qual desconhecia as ações feitas no grupo. Destaca a carência das redes públicas e as dificuldades nas aulas remotas, manifestando sua insatisfação com a permanência das escolas fechadas e a condição de só haver o retorno quando ocorrer a vacinação dos professores. Informa a escassez de equipamentos e a falta de internet na rede pública, sendo nas escolas rurais uma realidade ainda pior, tanto de acesso à internet quanto de equipamentos. Declara, ainda, que a Busca Ativa, na prática, não funciona do jeito que está sendo idealizado, e que a omissão e despreparo das redes é aparente e triste, visto que a efetivação da contratação dos motoristas de ônibus não foi ao menos iniciada. Sugere algumas ações, como a priorização da vacinação e a reabertura das escolas que já possuem profissionais vacinados, de acordo com a realidade de cada comunidade.

O Dr. ALEXANDRE pede para se manifestar e frisa a necessidade de maior divulgação dos trabalhos do GAEPE. Destaca a importância dessa participação da sociedade no grupo, do debate entre todos os lados, visando melhores maneiras de se levar a educação de forma efetiva.

O Presidente PAULO CURI destaca que o gabinete, desde o início, é a favor do retorno, seguindo todos os protocolos de segurança, e que não concorda com a condição da vacinação aos professores para o retorno das aulas. Acha tarde começar o retorno das aulas apenas em agosto, como tem sido planejado. Comenta, ainda, acerca do arquivamento, pela Assembleia Legislativa, do processo que tornaria a educação um serviço essencial.

- Educação especial – a palavra é passada para a Sra. FLAVIANA TERTULIANO, representante do Movimento Mães Coragem. Agradece poder mais uma vez retornar ao Gabinete. Defende que, apesar do cenário, as 586 mães não concordam com o apontamento feito pela Sra. Valkiria sobre o retorno das aulas. Fala que os filhos especiais não podem retornar as escolas, pois pertencem ao grupo de risco, e sem a vacinação eles não podem retornar, pois possuem mais fragilidade em obter o vírus, sendo baixo o índice de sobrevivência desse grupo. Questiona por que os deficientes não entraram como prioridade no Plano Nacional de Imunização – PNI, e defende a vacinação dos professores das séries iniciais, visto que as crianças não estão no cronograma para serem vacinadas. Também destaca a necessidade de vacinação das pessoas que cuidam de pessoas com deficiência, pois a proteção é inerente ao cuidado. Informa ainda que em 5 (cinco) estados do Brasil já começaram essa vacinação do grupo das pessoas especiais.

O Des. ISAIAS pede a palavra para dizer que foi assinado hoje pela Coordenadoria uma recomendação para vacinação prioritária das pessoas com necessidades especiais. Se for possível o retorno das aulas, que haja o retorno protegido. Preconiza ao GAEPE a elaboração de uma Nota Técnica para se verificar escola por escola no Estado, podendo a instituição retornar de acordo com a realidade da localidade.

O Dr. ALEXANDRE se manifesta para frisar a faculdade dos pais de enviar ou não seus filhos para as escolas. Destaca a importância de se verificar a realidade de cada município, em conformidade com a fala do Desembargador Isaías.

A Dra. FLÁVIA pede a palavra e faz algumas colocações a respeito da transmissão comunitária e as medidas de distanciamento. Destaca que o retorno é essencial, desde que gradativo, e se adequando às realidades da comunidade. Com relação à vacinação, as pessoas com necessidades especiais encontram-se na 14ª etapa do PNI. Ressalta também que determinadas demandas devem ter prioridade, andando em conjunto com o PNI, como já vem ocorrendo com outros setores no Estado de Rondônia.

Finalizados esses pontos, o Dr. ISMAR dá andamento à reunião, seguindo ao primeiro ponto da pauta do dia: apresentação da pesquisa realizada referente à conectividade das redes municipais e estadual.

O Sr. BRUNO começa compartilhando sua tela, informando os resultados obtidos na rede municipal. Informa que o Relatório desse levantamento será iniciado essa semana. Destaca que o questionário foi enviado a diretores, professores e alunos, e 14 municípios não responderam, prejudicando o quantitativo de respostas, que findou correspondendo de 20 a 25% da amostra municipal – mais de 20.000 respostas. Destaca pontos como: a pouca infraestrutura das redes; a falta e a baixa qualidade de internet, entre as quais a baixa oferta da fibra óptic;, o pouco alcance das zonas ribeirinhas e indígenas; as dificuldades de acesso por meio de equipamentos por parte dos alunos, muitos compartilhando apenas um aparelho celular, e que assistem as aulas apenas de noite em razão do trabalho dos pais; a dificuldade com as aulas; e a quantidade e condição dos equipamentos nos laboratórios de informática nas escolas, quando estas possuem laboratórios.

É passada a palavra ao Sr. VALMIR, que traz os resultados da pesquisa na rede estadual. Informa que foram questionados os mesmos pontos da pesquisa apresentada pelo Sr. Bruno, com poucos diferenciais, para haver um comparativo entre as duas redes. A tela é compartilhada, mostrando os resultados obtidos. Foram direcionados a alunos, profissionais da educação (gestores e professores) e abordou ainda a estruturação das escolas. Foi alcançado um percentual de 37% do total de alunos dessa rede no Estado, dos ensinos fundamental e médio – mais de 60.000 alunos participantes. Entre os pontos destacados, estão a utilização de equipamentos (predominância do celular); tipos de conexão e a falta delas, e quais operadoras são mais disponíveis nas casas. Os profissionais da educação ficaram em torno de 43% de respostas (técnicos e professores) – um pouco mais de 7.300 profissionais – destacando a predominância do acesso por mais de um equipamento, conexão e tipo de operadora. Quanto às escolas, foram apurados dados referentes aos laboratórios de informática, suas localizações, sendo poucas nas escolas rurais/indígenas, a atualização dos

laboratórios e a conexão de internet das escolas. Foi destacada ainda a distribuição de Netbooks aos alunos da rede: 5.586 estudantes receberam esse equipamento em 18 municípios.

O Sr. WANDERLEI traz maiores especificações dos dados referente à conectividade por meio de satélites. Informa que ele começará a ser instalado a partir de semana que vem, em razão do contrato ter sido suspenso anteriormente. Explica que essa internet será utilizada pela comunidade, não apenas para as escolas.

A Dra. ALESSANDRA traz alguns pontos dos resultados apresentados, sendo um deles a forma de acesso e o compartilhamento do aparelho celular entre os alunos; também a lotação das escolas com laboratórios de informática, que boa parte das municipais ainda não possuem. Propõe avançar no tocante à conectividade no sentido de criar laboratórios nessas escolas. A Prof.ª RITA compartilha do mesmo posicionamento e frisa um melhor olhar para a manutenção dos laboratórios.

A Dra. ALESSANDRA pergunta sobre o projeto "Mediação Tecnológica", que vem apoiando 50 escolas municipais: como se dá esse programa e qual a perspectiva de ampliação dele, e, referente a instalação dos satélites, como poderão apoiar e beneficiar as escolas municipais.

O Secretário SUAMY informa que a "Mediação Tecnológica" já é uma realidade no Estado, e as despesas para essa implantação em todo o território é dividida entre o Estado e os municípios. É visada a ampliação dos estúdios dessa iniciativa, buscando ajudar todas as escolas municipais, havendo pedidos em 100 escolas para implantação desse projeto. Destaca que, ainda, o grau de conectividade nas zonas mais afastadas é bem grande, e com a expansão desse projeto, mais educação será levada, visto que chegará onde não há professores presentes de forma física.

A Dra. ALESSANDRA retoma a palavra e provoca uma reflexão a respeito de três frentes: estratégias para possibilitar a melhor conectividade aos municípios, a disponibilização de equipamentos aos alunos e a implantação de laboratórios de informática.

O Secretário SUAMY informa que, num primeiro momento, tem se priorizado aparelhar e revitalizar a estrutura da Secretaria Estadual de Educação e sua rede. Informa que há um conjunto de escolas filantrópicas conveniadas à SEDUC e que também recebem um apoio. Destaque também se dá ao trabalho do Estado para adquirir notebooks para os professores. Isso não impede, na expansão da Mediação Tecnológica, de se inserir a ampliação de escolas que possam estar vinculadas à SEDUC e que ainda não tenham sido atendidas.

Esse ponto de pauta retornará na próxima reunião, sendo dado como encaminhamento a solicitação aos municípios no tocante à identificação dos equipamentos que precisam, tanto professores quanto alunos, além da verificação da disponibilidade orçamentária de cada município. É destacada também a importância de se fazer um mapeamento das escolas com internet.

Passa-se ao segundo ponto da pauta, referente ao andamento da estratégia de monitoramento dos protocolos de retorno as aulas das escolas. O prof. VALMIR inicia a apresentação destacando o que foi feito na estruturação do questionário a ser disponibilizado para as comissões, que auxiliará na gestão das escolas, visando corrigir problemas logo quando surgirem. O questionário foi dividido em cinco blocos: a identificação, os protocolos gerais (eixo da biossegurança, socioemocional e cognitivo), as questões específicas da educação infantil, questões específicas da educação especial e o transporte escolar.

O Presidente PAULO CURI pede a palavra e destaca a necessidade de antecipação da disponibilização desse questionário, não precisando esperar o retorno presencial das aulas, realizando desde logo visitas prévias, para acompanhar o andamento da instalação dos protocolos sanitários.

O Dr. ISMAR apresenta o cronograma dos próximos passos desse monitoramento, abrindo espaço para deliberações, o qual foi aprovado pelo Gabinete.

A Dra. MARCÍLIA frisa a necessidade de uma parceria com a Vigilância Sanitária para essa visitação.

O terceiro ponto da pauta é deixado para a próxima reunião, em virtude do tempo avançado de reunião. O Presidente Paulo Curi encerra o encontro.

2) O que ficou deliberado

Como encaminhamento, restou acordado que as instituições, nos seus respectivos âmbitos de atuação, apresentem mais detalhamentos sobre as ações relativas aos seguintes pontos:

1. Mapeamento dos municípios no tocante a:

- identificação dos equipamentos que professores e alunos precisam, além da verificação da disponibilidade orçamentária de cada município para aquisição desses equipamentos;
- mapeamento das escolas com internet.

2. Levantamento sobre a educação infantil (ponto da pauta desta reunião que ficou para o próximo encontro).

Ficou marcada nova reunião para o dia 23/04/2021, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.

Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE**, **Analista**, em 10/06/2021, às 12:31, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 e do art. 4º da Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tce.ro.gov.br/validar, informando o código verificador **0289840** e o código CRC **1E5DDAF7**.